

**O ESPAÇO PÚBLICO DIGITAL E A DISPUTA PELA MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA: COMO PENSAR O ENSINO DE HISTÓRIA DIANTE DE NOVOS DEBATES, NOVOS PROTAGONISTAS E NOVAS (IN)VERDADES**

*THE DIGITAL PUBLIC SPACE AND THE DISPUTE OVER THE MEMORY OF THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP: HOW TO APPROACH HISTORY EDUCATION AMIDST NEW DEBATES, NEW PROTAGONISTS AND NEW (UN) TRUTHS*

**Lívia Rabelo Tereza<sup>1</sup>**  
**Luiz Augusto Resende Lima<sup>2</sup>**

**Resumo**

O presente artigo analisa a relação entre o espaço público digital e o ensino de História, focando na Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). O objetivo é investigar como a Revolução Digital afeta o ensino de História, especialmente diante das novas narrativas e (in)verdades disseminadas, e como a disciplina pode se posicionar criticamente. O método empregado articula a História Digital com a Teoria da História, examinando narrativas sobre a ditadura em plataformas digitais e contrastando-as com a abordagem escolar. Como resultados, observa-se que a internet e as redes sociais democratizaram a produção de conteúdo histórico, mas também geraram desafios como polarização, negacionismo e *fake news*, acentuados em temas sensíveis como a Ditadura Militar. Constata-se que os algoritmos de redes sociais criam "bolhas", amplificando narrativas emocionais e, por vezes, distorcidas, e, com isso, a veracidade factual se torna secundária. As conclusões apontam para a necessidade de o ensino de História desenvolver uma postura crítica, e de os professores irem além da refutação de informações falsas, capacitando os alunos a compreender a investigação histórica e analisar criticamente conteúdos digitais, diferenciando, por exemplo, história e memória. Na sala de aula, deve-se buscar usar essas narrativas problemáticas encontradas nos

---

<sup>1</sup> Graduanda em licenciatura em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Email: liviaterezacv@gmail.com.

<sup>2</sup> Graduando em licenciatura em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Email: rl.luizaugusto@gmail.com

espaços digitais e acessadas pelos alunos como ponto de partida para problematizar as diferentes concepções do passado e fomentar o debate crítico.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar. Ensino de História. Espaço Público Digital. Pós-verdade. Redes sociais.

### **Abstract**

This article analyzes the relationship between digital public spaces and the teaching of history, focusing on the Brazilian Military Dictatorship (1964-1985). The objective is to investigate how the Digital Revolution affects history education, particularly in light of new narratives and (un)truths disseminated online, and how the discipline can adopt a critical stance. The method employed articulates Digital History with the Theory of History, examining narratives about the dictatorship on digital platforms and contrasting them with the academic approach. Results indicate that the internet and social media have democratized the production of historical content but have also introduced challenges such as polarization, denialism, and fake news, which are exacerbated in sensitive topics like the Military Dictatorship. It is observed that social media algorithms create "bubbles," amplifying emotional and, at times, distorted narratives, thereby rendering factual veracity secondary. The conclusions underscore the necessity for history education to develop a critical posture, and for teachers to move beyond merely refuting false information. Instead, they should empower students to comprehend historical inquiry and critically analyze digital content, distinguishing, for instance, between history and memory. In the classroom, problematic narratives found in digital spaces and accessed by students should be utilized as a starting point to problematize diverse conceptions of the past and foster critical debate.

**Key-words:** Military Dictatorship; History Education; Digital Public Sphere; Post-truth; Social Networks.

## **1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O presente artigo tem por objetivo analisar as relações entre a formação de um novo espaço de debate público, possibilitado pela Revolução Digital, e o ensino de História, tendo como recorte específico o tema da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). Nas últimas décadas, a expansão da internet e o surgimento das redes sociais transformaram radicalmente

a forma como o conhecimento é produzido, compartilhado e consumido. O que antes era restrito a espaços acadêmicos, públicos seletos e instituições formais, hoje é amplamente acessível e permeado por vozes diversas, muitas das quais antes se limitavam ao papel de receptoras de informação.

Nesse novo contexto comunicacional, indivíduos e grupos assumem o papel de produtores de conteúdo histórico, reinterpretando o passado com base em diferentes interesses, crenças e visões de mundo. Esse fenômeno, *a priori*, pode parecer altamente positivo, uma vez que democratiza o acesso à informação e amplia a participação no debate público. No entanto, essa mesma democratização carrega consigo desafios consideráveis, sobretudo no que diz respeito à veracidade, à qualidade e à intencionalidade das narrativas históricas disseminadas.

A emergência de fenômenos como a polarização política, a negação da ciência, a ascensão de revisionismos históricos e a circulação massiva de *fake news* impõe aos educadores e pesquisadores o desafio de repensar estratégias pedagógicas e de reflexão histórica. O ambiente digital, ao mesmo tempo que oferece novas possibilidades didáticas, também exige uma postura crítica e vigilante diante da manipulação de informações e da disputa pela memória coletiva.

Assim, o presente estudo propõe discutir a maneira como o ensino de História se vê afetado pela circulação de conhecimentos históricos que estão para além do espaço escolar. Diante da emergência de ambientes de ensino criados no ciberespaço, o novo cenário impõe uma série de desafios, mas também possibilidades interessantes para os professores, considerando tanto as potencialidades quanto os riscos que a era digital impõe à formação do pensamento histórico e à construção de uma consciência crítica no século XXI.

Para realizar essa análise, o texto será composto por uma articulação entre biografias relacionadas, principalmente, à chamada História Digital, em diálogo com autores da Teoria da História que buscam pensar as implicações que esse novo espaço público digital e suas disputas pelo passado têm para o ensino de História. Devido à multiplicidade de argumentos e pontos de vista sobre os mais variados momentos e temáticas históricas presentes, atualmente, na internet, o recorte deste texto propõe problematizar algumas narrativas discursivas que circulam em plataformas digitais acerca do passado ditatorial brasileiro (1964-1985), e como, nos últimos tempos, percepções muito diversas sobre o evento entram em choque com o que é visto no espaço escolar.

Nesse sentido, pensar como os alunos encontram nas redes sociais uma série de vídeos, curtos ou longos, publicações, memes, dentre outros recursos, produzidos por grupos

muito distintos e com interesses próprios, em um contexto de construção de inverdades, manipulação da memória e usos ideológicos do passado, vem sendo uma das grandes questões para os historiadores e professores de História do século XXI.

## **2. A FORMAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DIGITAL E A PÓS-VERDADE**

Embora representem apenas os capítulos mais recentes da longa trajetória da humanidade, as tecnologias digitais e as novas formas de conexão têm provocado transformações profundas na vida na Terra, talvez mais intensas do que qualquer outra inovação ao longo da história. A historiografia usualmente propõe fatos e processos que marcam um período histórico e que, por isso, passam a identificar uma época. Como destacado pelo historiador Giliard da Silva Prado, é isso que possibilita o surgimento, por exemplo, de caracterizações como a “era das revoluções” e a “era dos impérios” (Hobsbawm, 2007 e 2009). Nessa perspectiva, podemos caracterizar o período em questão, enquadrado entre os últimos anos do século XX e as duas primeiras décadas do século XXI, como a “era da internet” ou a “era digital” (Prado, 2021).

É possível afirmar que esse processo é marcado pela alteração, de forma profunda, nas relações entre o homem e os meios digitais, principalmente, no século XXI. Mais do que nunca, as tecnologias e, principalmente, a internet, não podem ser consideradas processos autônomos, que seguem uma lógica de funcionamento neutra e independente, mas constituem-se como um processo inerentemente social, que carrega consigo elementos não somente técnicos, mas também valores morais, convicções religiosas e posicionamentos políticos (Novaes, Dagnino; 2004).

A tecnologia, os aparelhos digitais e a internet compõem o dia a dia de boa parte da população mundial. Veraszto, por exemplo, destaca as profundas ligações entre tecnologia e sociedade, afirmando a necessidade de combater as simplificações sobre esse conceito. Ao traçar um breve panorama sobre a história da tecnologia e as perspectivas que procuram analisá-la, os autores apontam que a tecnologia atualmente se constitui como um processo social, político e cultural, não apenas técnico, isto é, que remete unicamente às origens da palavra, a *techné*. Nessa ótica, a tecnologia deve ser compreendida como uma forma de organização social que envolve agentes, interesses, valores e contextos diversos, ou seja, um “sociossistema”. (Veraszto *et al.*, 2009).

Diante desse cenário, quando voltamos para o caso brasileiro, o texto “Democracia e internet: a revolução digital e os desafios à representação política”, escrito pelo juiz federal Fábio Cesar dos Santos Oliveira e publicado em 2013, nos coloca questões pertinentes para pensarmos como, em poucos anos, as tecnologias e a realidade digital transformaram profundamente nossas relações políticas. No texto, o autor questiona se a ampliação do acesso à comunicação e às novas tecnologias são, de fato, fatores que alteram a vivência democrática, substituindo a democracia representativa. A resposta do autor é que não.

De acordo com o argumento de Oliveira, a internet tende à ampliar a participação, mas não garante igualdade de influência ou debate democrático real, ou seja, a representação política ainda se faz necessária para garantir a mediação entre diferentes grupos e interesses. Nesse sentido, o autor acredita que a internet surge como uma nova arena de participação. Assim, apesar de ali nem sempre ser possível promover o diálogo ou a inclusão de minorias, esse novo espaço público digital, na visão de Oliveira, não traz tantos riscos à democracia representativa.

Por mais que o texto seja recente, com pouco mais de uma década desde sua publicação, o cenário encontrado por Oliveira diverge muito do cenário atual, a segunda metade da década de 2020. O avanço vertiginoso da digitalização no Brasil – especialmente após a pandemia do COVID-19 – sugere que as ideias elaboradas e discutidas pelo autor, levando em conta o contexto por ele analisado, não dão conta de explicar integralmente a realidade presente. No início do texto, Oliveira menciona uma pesquisa realizada pelo IBOPE que demonstra que, no quarto trimestre de 2010, quase 74 milhões de brasileiros tinham acesso à internet, um acréscimo de 10% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Além disso, o aumento do número de usuários foi acompanhado pelo maior tempo de acesso: em 2010, os brasileiros mensalmente passavam, em média, 32 horas conectados, 25 horas a mais em comparação ao dado obtido no início da década. (OLIVEIRA, 2013). Para demonstrar a disparidade entre as realidades em análise, segundo uma pesquisa do IBGE, em 2023, cerca de 92,9% dos domicílios brasileiros possuem acesso à internet.<sup>3</sup>

Devido à essa disparidade, é necessário questionar se, em 2025, a relação entre os meios de comunicação digitais e a democracia representativa ainda é a mesma destacada pelo autor. Mais do que isso, é necessário indagar se o uso das redes sociais não constitui-se,

---

<sup>3</sup>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **92,5% domicílios tinham acesso à Internet no Brasil**. IBGEeduca: Matérias Especiais, 08 dez. 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21581-informacoes-atualizadas-sobre-tecnologias-da-informacao-e-comunicacao.html>. Acesso em: 21 jun. 2025.

hodiernamente, como uma ferramenta de manipulação pelos próprios representantes, que buscam eliminar o debate crítico e contam, por exemplo, com manipulações do passado – e, portanto, do presente– para influenciar os seus eleitores.

### **3. O ESPAÇO PÚBLICO DIGITAL E A PROLIFERAÇÃO DE (IN)VERDADES HISTÓRICAS**

O principal objetivo deste artigo é analisar como o ensino de História e a temática da Ditadura Militar se veem implicadas pelas questões levantadas acima, ainda mais diante do fortalecimento desse espaço público digital, possibilitado pelo advento da tecnologia e caracterizado pela atuação de novos protagonistas, pela disseminação de visões simplificadas do passado e por diversos públicos receptores. Mas antes de nos aprofundarmos neste assunto, é necessário destacar que uma das mudanças mais significativas provocadas pela ascensão expressiva de plataformas e redes sociais é que o público deixa de ser apenas receptor de informações, tornando-se, também, produtor e disseminador de conteúdo.

Nesse sentido, é evidente que o espaço público virtual é um lugar que articula novos públicos, assim como forma novas comunidades: as chamadas “bolhas”, nas quais tanto se pode combater quanto promover, por exemplo, diversas formas de discriminação, de negação da ciência e da verdade histórica. A atuação do sistema de algoritmos utilizado pelas plataformas digitais – como Google, Instagram, YouTube, TikTok, Facebook, entre outras – colabora de forma profunda para a formação de grupos que possuem pensamentos similares, a partir do direcionamento de conteúdos específicos para cada usuário. Isso ocorre porque os algoritmos são programados para manter o usuário engajado, mostrando conteúdos com os quais ele provavelmente irá gostar e, com isso, interagir.

As bolhas formadas no espaço digital agrupam e aproximam indivíduos com ideias semelhantes, afastando-os do contato com ideias contrárias. A formação de grupos ideológicos homogêneos, distantes, portanto, de perspectivas mais amplas de mundo, tem por consequência a dificuldade de concretizar um diálogo plural e democrático nesse ambiente e, como estamos vendo, de forma mais intensa nos últimos anos, fora dele também. Para aqueles que vivem o mundo de hoje, é comum se deparar, em algum momento, com informações distorcidas, mentiras, inverdades e disseminação de ódio no meio digital, o que, para Prado, constitui-se como alguns dos principais sintomas da era da “pós-verdade”, que não se trata de expressar algo que viria depois da verdade, como o nome sugere, mas sim de evidenciar um tempo no qual a verdade dos fatos se tornou irrelevante. (Prado, 2021)

Uma vez que a informação que circula nas redes, em grande parte das vezes, valoriza mais a emoção, a crença pessoal e a ideologia política do que os fatos objetivos e verossímeis, a polarização ideológica e a pós-verdade nas redes estão diretamente ligadas com a criação das bolhas digitais, cada vez mais extremistas. Ou seja, as comunidades recém-formadas no espaço digital acabam amplificando narrativas que apelam ao emocional, mesmo que sejam falsas ou distorcidas e que, por isso, são capazes de convencer num nível efetivamente muito mais superior quando comparadas com narrativas que buscam repensar certas visões rasas por meio pontos de vistas múltiplos, fontes de pesquisa diversas e por meio de um debate mais rico e, portanto, mais demorado. Um processo o qual, por sua vez, não consegue competir com a velocidade das publicações que apelam para o ódio, para os valores morais e de crença muito pessoais.

Além disso, o cenário supracitado marca uma intensa disputa não só em torno de valores e crenças, mas também em torno do passado, o qual será mobilizado a partir de diferentes perspectivas e interesses, e, mais do que isso, pelos diversos usos feitos a partir de sua memória. O historiador Pedro Telles da Silveira, por exemplo, destaca as mudanças, derivadas do mundo digital, na compreensão do passado e, mais do que isso, da sua relação com o presente. Dialogando com Andreas Huyssen, Silveira destaca que “a memória histórica não é mais o que era, (...) ela costumava demarcar a relação de uma comunidade ou nação com seu passado, mas a fronteira entre passado e presente costumava ser mais forte e estável do que é hoje”. (Huyssen, apud Silveira; 2003)

De acordo com as perspectivas de Huyssen e de Silveira, percebe-se que, nos meios digitais, o passado é retomado, debatido e manipulado o tempo todo e em uma velocidade nunca antes vista. As fronteiras temporais entre presente e passado se alteraram significativamente nos últimos anos, e os novos grupos e protagonistas utilizam do passado para interpretar e justificar ideologias do momento presente.

Mas, devido à polarização ideológica, certos momentos da história tendem a se tornar palcos de batalha mais intensos do que outros. No caso brasileiro, um dos períodos históricos que se encontram mais presentes no meio digital, em meio às disputas, é o período que marca o regime ditatorial brasileiro. Por isso, serão analisados, a seguir, como os diversos conteúdos, publicações e comentários relacionados ao conhecimento histórico produzidos em plataformas digitais, mais especificamente, aqueles que abordam aspectos e *opiniões* sobre o período de 1964 até 1985, levantam questões delicadas para o ensino de História.

A Revolução Digital não se limita à história enquanto processo vivido, pois afeta, de maneira significativa, a História como disciplina. Por isso, entre os vários interlocutores e

protagonistas que surgem com o espaço público digital, para além daqueles que buscam difundir conteúdos históricos, o foco do texto será voltado ao público estudantil, o qual, em grande medida, está imerso à realidade digital e convive, cotidianamente, com as informações “históricas” provenientes da internet.

#### **4. A DITADURA MILITAR BRASILEIRA NO ESPAÇO PÚBLICO DIGITAL: ESCOLHA SUA PRÓPRIA CONCEPÇÃO DE PASSADO**

Atualmente, inúmeros canais no Youtube, páginas no Instagram, perfis no Tik Tok produzem diariamente conteúdos denominados “históricos”. Se algum tempo atrás esses produtores eram, em sua maioria, graduandos em História ou professores já formados, que encontravam na internet um espaço de grande potencial para a divulgação do conhecimento histórico, hoje essa realidade já não é a mais a mesma. Os professores de História e canais de divulgação historiográfica competem, nos dias atuais, com qualquer pessoa que tenha uma conta nas redes sociais e tempo para se dedicar à produção de conteúdos. Dado que o interesse por assuntos históricos é uma demanda presente, o que não significa dizer que esse interesse anda de mãos dadas com a valorização do profissional historiador e do conhecimento produzido pela Universidade, hoje há tantas possibilidades à disposição dos usuários, que se torna difícil escolher o que “consumir” sobre história.

Quando nos voltamos para os estudantes da educação básica, diversos fatores competem hoje com a atenção deste aluno para com os conteúdos escolares ministrados em sala. No que diz respeito aos conteúdos de História, praticamente qualquer tema e evento histórico pode ser encontrado, nos mais variados formatos e aos montes, no espaço digital. Em uma pesquisa que vem sendo desenvolvida desde 2021, acerca dos novos hábitos de estudos dos estudantes do CEFET-MG, a historiadora Isis Castro destaca que foi possível observar nos questionários respondidos pelos alunos que os livros didáticos, apesar de continuarem sendo valorizados enquanto um recurso importante para os estudos, estão, cada vez mais, perdendo espaço para os conteúdos digitais, considerados por este público como muito mais interessantes, divertidos, curtos, objetivos e acessíveis.

Dentre as plataformas mais acessadas, Castro destaca que, entre os alunos do CEFET, o Youtube (65% do público discente tem o Youtube como ferramenta principal de estudos) aparece em primeiro lugar. Já em relação aos canais mais acessados que produzem conteúdos históricos, aparece em primeiro lugar o canal da graduada em História, Débora Aladim,

seguido de canais como *Ciência Nostalgia*; *Descomplica*; *Brasil Escola*; *Nerdologia*; *Você Sabia?* e *Parabólica*.

Trazemos esse estudo do CEFET-MG não como uma forma de generalizar esse quadro para o público estudantil brasileiro como um todo. Mas uma pesquisa como essa, realizada em um público adolescente de uma ampla comunidade estudantil, traz novas e importantes perspectivas para refletirmos sobre a relação entre a história em circulação massiva e a história escolar, e sobre como, hoje, já não é mais possível virar as costas para esta realidade: os alunos que nasceram nessa era digital, preferem estudar as diferentes disciplinas escolares, como a História, pela internet e de uma maneira que seja rápida, fácil e resumida.

No entanto, o ritmo da sala de aula é outro. Francisco Melo e Sônia Meneses chamam atenção para como os espaços escolares e os ambientes criados no ciberespaço funcionam de maneiras muito diferentes, lançando a seguinte provocação: quanto tempo o tempo tem na rede? Nas redes, o tempo se apresenta de maneira condensada, os conteúdos mais acessados são aqueles mais rápidos e diretos. Vídeos muito longos não caem na graça dos adolescentes e, nesse sentido, pensando na construção do conhecimento histórico, não há tempo suficiente para problematizar as complexidades e nuances de um determinado evento ou processo. A Revolução Francesa deve ser entendida em cinco minutos, os mil anos de Idade Média em vinte, e os 21 anos de Ditadura Militar brasileira, com seus diferentes atores, disputas, governos e processos, parece que só conseguirá “chegar” a um público maior se for apresentada como uma historinha dicotômica e muito simples: existia o lado da repressão e o da resistência; aqueles que queriam o comunismo no Brasil e aqueles que lutavam contra essa ameaça.

E, assim, em diferentes canais, o conteúdo é simplificado, e quem o consome não encontra ali uma narrativa que busca problematizar certas narrativas consolidadas na cultura histórica construída em torno da ditadura militar, e muito menos, os *passados sensíveis* que continuaram mal resolvidos diante de uma política planejada de esquecimento e apagamento dos crimes perpetrados pelos defensores do regime. Somado a isso, nos últimos anos, a discussão desse tema no espaço público digital tem se tornado um grande palco de disputas, um dos temas mais delicados da história brasileira contemporânea: cada vez mais, crescem os inscritos e os números de visualização em perfis de extrema-direita, e o fortalecimento de empresas que investem pesado na produção de seus conteúdos, como o caso da *Brasil Paralelo*. São canais e perfis que, em sua maioria, defendem que não teria existido uma ditadura no país entre 1964 e 1985.

Diante disso, qualquer estudante que procure as plataformas digitais, como o Youtube, para aprender mais sobre a ditadura militar brasileira, irá encontrar uma infinidade de vídeos e produções ao seu alcance. Poderão encontrar trabalhos sérios e pessoas preocupadas em estabelecer um diálogo em torno do tema, mas, mais facilmente, por conta do funcionamento dos algoritmos, que valorizam vídeos mais rápidos e que viralizam por conta de discursos polêmicos e violentos, esses estudantes terão mais chances de entrar em contato com narrativas simplificadas, falsas e eticamente problemáticas. Para os propósitos do artigo, não analisaremos vídeos ou publicações de canais específicos. Há inúmeros trabalhos sendo realizados por diversos historiadores, com pesquisas muito inovadoras e interessantes sobre o fenômeno (NICOLAZZI, 2017 e 2021; AVILA, 2021; SANTANA e MAGALHÃES, 2021; AGUIAR-SANTOS e CORTES, 2023).

Cabe destacar, nesse sentido, questões comuns que aparecem nesses trabalhos historiográficos acerca de um certo “revisonismo ideológico” presente em leituras conservadoras da ditadura militar brasileira nas redes. De forma geral, estes trabalhos chamam atenção para o fato de que, em se tratando da Ditadura Militar, os vídeos mais autodenominados “revisonistas” ou, em um linguajar mais apelativo, vídeos em que “a verdadeira história da ditadura” será contada, ou vídeos em que o apresentador fala sobre “aquilo que o seu professor de História nunca te contou sobre o regime militar”, têm como comentários mais comuns *uma* certa visão de passado, entendida como a *única* possível. Tal visão encontra-se implicada por um forte reconhecimento com a memória pessoal ou de familiares sobre o período.

A partir disso, certos pontos são figurinhas carimbadas na caixa de comentários: a violência e a perseguição da ditadura militar brasileira foram somente contra comunistas e inimigos do regime; o período teria sido marcado por um grande milagre econômico e por uma grande prosperidade no país; não houve corrupção durante o período da ditadura, mas sim a construção de importantes obras, rodovias e empresas nacionais; foi um regime mais endurecedor, mas pelo menos, naquela época, o país era muito mais seguro e não havia violência nas ruas nem crimes; o golpe teve caráter preventivo diante da desordem política, econômica e social do Governo Jango, e os militares não queriam continuar no poder; a ditadura teria sido ruim só para aqueles que queriam viver no Socialismo.

Por último, um comentário muito presente, geralmente escrito por alguém que cresceu nas décadas de 1970/1980, ou ainda por adolescentes atuais que recuperam as memórias de parentes, é: o período do regime militar brasileiro não teria sido um momento ruim da história do país nem marcado por violência, pois pessoas que viveram à época (avós, pais, tios e

outros conhecidos) contam que foram anos muito bons, de grande prosperidade e emprego e que eles não sofreram consequências ruins com os governos militares, pois eram cidadãos honestos e de bem. Temos, aqui, aquilo que Santana e Magalhães problematizam como “uso da memória” como uma maneira de validar a narrativa de passado que o indivíduo já acredita ou deseja acreditar:

Nesses comentários, verificamos a recorrência a experiências vividas ou recebidas como recurso testemunhal para validação dos conteúdos apresentados nos vídeos. Assim, é possível identificar um “uso da memória” ligado à sua função de recurso para a reivindicação ideológica. Uma reconstrução pública e uma revisão ideológica da história, que tomam como fonte a memória e endossam um projeto político e social conservador como bandeira nacional, tendo a ditadura militar como modelo.<sup>4</sup>

Diante desse complexo quadro e do fato de os estudantes estarem cada vez mais em contato com esses tipos de conteúdo, como pensar em um ensino de História que problematize as diferentes concepções sobre a ditadura militar brasileira que circulam, atualmente, no espaço público digital, de uma forma que não seja somente uma substituição dessas falsas narrativas sobre o passado pelo o “verdadeiro” conhecimento histórico sobre período, que só pode ser acessado pelos alunos através da figura do professor? Como pensar em um ensino de história que leve os alunos a compreender como se dá o trabalho de investigação histórica na produção do conhecimento?

Propõem-se aqui, na parte final do artigo, uma reflexão sobre os desafios que o presente impõe ao ensino de história. Se desejamos um ensino verdadeiramente crítico e que possibilite aos alunos realizar não apenas uma leitura superficial do que encontram nas redes, de modo afirmar se aquele conteúdo é verdadeiro ou falso, precisamos pensar em maneiras de levar para a sala de aula os procedimentos que o historiador realiza ao investigar o passado, desconstruindo a ideia de que história é só opinião, uma visão muito comum e que circula nas redes sociais.

Como nos alerta Circe Bittencourt, o objetivo do ensino de história não é criar mini-historiadores, mas sim construir ferramentas para que os alunos, de forma autônoma, reflitam sobre o modo como eles aprenderam em sala de aula, por meio do contato com diversas fontes históricas sobre o período, das perguntas e questões colocadas pelo professor, das ferramentas e procedimentos que a História se utiliza para interrogar o passado, os possibilita analisar criticamente esses conteúdos produzidos no presente, por diferentes

---

<sup>4</sup> SANTANA; MAGALHÃES, 2021, p.308.

sujeitos, e quais argumentos históricos e evidências podem ser mobilizados para criticá-los. Pensar criticamente, com as ferramentas da história, sobre o presente: isso deveria ser um dos maiores objetivos do ensino, ainda mais diante de um mundo tão acelerado, em que parece não haver tempo para desenvolver a capacidade do pensamento crítico, seja dentro do espaço público digital, seja fora dele, nas relações cotidianas.

## **5. PLURALISMO HISTORIOGRÁFICO NA SALA DE AULA: É POSSÍVEL ABRIR O DEBATE PARA PENSAR DIFERENTES USOS DO PASSADO DITATORIAL BRASILEIRO?**

No texto, “O ensino de História e os usos do passado: a ditadura civil-militar em sala de aula”, as autoras Alessandra Gasparotto e Caroline Silveira Bauer argumentam como é problemático e antiprodutivo deixar de discutir em sala as demandas que os próprios alunos trazem, suas visões sobre a história da ditadura militar e as memórias as quais eles entram contato, seja através das memórias de familiares ou por meio daquelas compartilhadas na internet. Para as historiadoras, uma aula de história não pode ser pensada a partir de uma visão totalitária e fechada, como se o professor estivesse ensinando “a verdade” absoluta dos fatos. Seguir apertando nessa tecla e seguir acreditando que apresentamos a verdade histórica não nos ajuda no combate de visões simplificadas, desumanizadoras e insensíveis acerca do passado ditatorial brasileiro.

Em uma visão parecida, o historiador Arthur Lima de Avila destaca o quanto essa atitude pode se assemelhar às posturas negacionistas de grupos que os próprios historiadores tanto criticam. Pois querer combater uma visão *única* de história com outra visão *única*, mas dessa vez apresentada como verdadeira, pois baseada em fontes e arquivos, é totalmente contrária a uma ideia muito cara às ciências humanas: existem diferentes realidades e visões de mundo possíveis, e cultivar essa pluralidade é o que possibilita viver em uma sociedade verdadeiramente democrática.

Evidentemente que Avila não defende que qualquer visão sobre o passado serve e deve ser entendida como equiparável ao conhecimento produzido pelos historiadores, e muito menos defende que a pesquisa histórica deve ser feita sem um trabalho sério com as fontes. O que o historiador propõe como reflexão é que pensemos o quanto, nos dias atuais, somente mostrar nossas fontes e os arquivos que consultamos para produzir uma sentença mínima acerca do passado, parece não ser suficiente para lidar com o negacionismo, a pós-verdade e a complexidade que espaço público digital apresenta, espaço este em que proliferam,

diariamente, visões muito distintas de mundo, de história e de valores humanos. Retomando nossa preocupação com o ensino, se falamos que a história acadêmica é distanciada do mundo escolar, é porque continuamos, muitas vezes, produzindo uma aula de história em que o professor não explica de que modo chegou ao conhecimento que está apresentando para os seus alunos.

Além disso, rechaçar pura e simplesmente os conteúdos que os alunos trazem para sala não é um caminho promissor. Pois a história não chega até os indivíduos unicamente através da escola. Vivemos em uma *cultura histórica* muito mais ampla, que é alimentada pela mídia, pela televisão, pelo cinema, pela arte, pela literatura e, nas últimas duas décadas, pelas redes sociais. Quando Gasparotto e Bauer tratam do ensino de história e dos usos do passado envolvendo a ditadura militar, ambas destacam que devemos sempre pensar a problemática a partir das demandas do presente. E, nesse sentido, um dos principais problemas que lidamos não é somente com um ambiente político polarizado, ou com a proliferação de narrativas propositalmente falseadas. Lidamos com alunos que nasceram em uma época em que há demandas em torno de narrativas rápidas para tudo, não somente em relação à história.

Como Melo e Menezes nos adverte, recuperando as reflexões de Castells, vivemos em um novo paradigma informacional nos tempos atuais. Quando os alunos consomem essas narrativas rápidas, que não abrem possibilidade para complexificar os processos históricos sucedidos no passado, com seus conflitos, ambiguidades, dilemas e esperanças de sujeitos históricos que já não existem mais ou que não mais habitam aquele momento, os alunos encontram-se expostos à uma “confusão sistêmica na ordem sequencial dos fenômenos sucedidos naquele contexto”, o que pode gerar “uma forma de apropriação de conteúdos descontínua e aleatória que cria uma sensação de tempo não diferenciado. Ou seja, “passado, presente e futuro são percebidos na mesma dimensão de acesso imediato” (MELO; MENEZES, 2021, p.352).

Isso se mostra de maneira extremamente problemática, uma vez que a História deveria nos ajudar a nos orientar temporalmente. Quando seu conhecimento perde essa dimensão, devemos nos questionar se o que está sendo produzido pela História faz sentido para nossos propósitos éticos e políticos para a com o presente. Logo, na temática da ditadura militar, quando um aluno leva para sala uma memória positiva de seu avô em relação aos anos que viveu durante o regime, ou um vídeo que viu na internet que questiona se o país teria mesmo vivido uma ditadura, uma primeira abordagem deveria ir em direção de buscar compreender, junto com os alunos, porque sobre um mesmo passado há memórias tão distintas, problematizando, nesse sentido, as diferenças entre história e memória.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a memória está em disputa constantemente e que, no atual contexto da emergência de um espaço público digital, as disputas tomam proporções ainda maiores. No que diz respeito à história do Brasil, a temática da ditadura militar parece ser um dos pontos mais sensíveis e apropriados para a produção de diferentes visões do passado, o que, conseqüentemente, são mobilizados em torno da defesa da manutenção de certos valores no presente e de projetos políticos para o futuro.

Contudo, parece que os historiadores vêm entendendo que, mais do que defender os fatos verídicos sobre o que já se passou, é preciso voltar-se para entender os usos que são feitos do passado, como esse passado chega no presente e o porquê dele chegar. No âmbito da educação, o nosso artigo buscou pensar como as diversificadas narrativas que circulam amplamente nas redes digitais, sobre a temática da ditadura, afetam o ensino de História, pensando não somente nos produtores de conteúdos, mas como isso é recebido pelos alunos e como o professor de história poderia agir nessas situações.

Se hoje existem diversos questionamentos sobre a memória da ditadura, tanto os questionamentos necessários para o nosso país repensar seus traumas quanto aqueles que buscam escondê-los e enterrá-los, estes estão sendo apresentados aos alunos fora da sala de aula. Nesse sentido, porque não discutir a temática em uma aula de História? Fugir dos vídeos, das publicações e dos conteúdos falsos, mesmo diante de certo mal-estar que alguns provocam, não contribui para problematizar nada. A História não pode fugir do conflito. Por maior que seja o desafio, os professores de História precisam entrar em contato com essas outras narrativas, não só sobre a ditadura militar, – foco de nosso trabalho– justamente para ter melhores ferramentas para lidar com os conteúdos que seus alunos podem acessar cotidianamente e sem qualquer supervisão fora da sala de aula.

## 7. REFERÊNCIAS

AGUIAR-SANTOS, Rosiene; CORTES, Gerenice Ribeiro de Oliveira. O discurso de apologia à ditadura militar nas mídias digitais: entre o silenciamento e a equivocidade de sentidos. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 17, n. 37, p. 115-134, 2023. Disponível em: [periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos](http://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos). Acesso em: 3 jun. 2025.

ÁVILA, Arthur Lima de. (In)disciplinando a historiografia: do passado histórico ao passado prático. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 35-49, jan./jun. 2018.

AVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 87, p. 161-184, 2021.

BITTENCOURT, C. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2005.

CASTRO, Isis Pimentel de. O saber histórico escolar em tempos de crise: um panorama da cultura histórica da comunidade discente do CEFET-MG In: **Alcances da História: compreender e transformar**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções: Europa, 1789-1848**. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios: 1875-1914**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

NOVAES, Henrique; DAGNINO, Renato. O fetiche da tecnologia. **Org. & Demo (Marília)**, v. 5, n. 2, p. 189–210, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2004.v5n2.411>

HUYSSSEN, Andreas. **Present Pasts: Urban Palimpsests and the Politics of Memory**. Stanford: Stanford University Press, 2003.

NICOLAZZI, Fernando. Muito além das virtudes epistêmicas: o historiador público em um mundo não linear. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 18-34, jan./jun. 2018.

NOIRET, Serge. História Pública Digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 28-51, maio 2015.

O BRASIL Paralelo produz história? Apresentado por Fernando Nicolazzi. **Canal Historiar-se**. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R71LxS5FhD8>. Acesso em 20 jun. 2025. Duração: 00:21:09.

OLIVEIRA, Fábio César dos Santos. Democracia e internet: a revolução digital e os desafios à representação política. **Revista Direito FGV**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 201–221, jan./jun. 2013.

PRADO, Giliard da Silva. Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 34, e0201, set./dez. 2021. <http://dx.doi.org/10.5965/2175180313342021e0201>

SANTANA, Elis Saraiva; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. A memória da ditadura militar em disputa em vídeos e comentários no YouTube. **Revista Maracanan**, [S. l.], n. 28, p. 304–328, 2021. DOI: 10.12957/revmar.2021.58655. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/maracanan/article/view/58655>. Acesso em: 21 jun. 2025.

SILVEIRA, Pedro Telles da. Lembrar e esquecer na internet Memória, mídias digitais e a temporalidade do perdão na esfera pública contemporânea. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 37, n. 73, p. 287-321, jan/abr 2021. <https://doi.org/10.1590/0104-87752021000100010>.

VERASZTO, Estéfano Vizconde; SILVA, Dirceu da; MIRANDA, Nonato Assis; SIMON, Fernanda Oliveira. Tecnologia: buscando uma definição para o conceito. **Prisma.com**, n. 8, p. 19–46, 2009. ISSN 1646-3153.